

Auditoria descobre mais irregularidade envolvendo deputado

BRASÍLIA — Novas irregularidades vão sendo descobertas, à medida em que avança a auditoria instaurada pelo presidente do Instituto de Previdência do Congresso (IPC), senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), para examinar a administração de seu antecessor, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ). Ontem, Bacelar enviou telex à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, solicitando o valor de mercado de 174 mil 416 Títulos da Dívida Agrária (TDA), adquiridos por Faria em 1987, por CZ\$ 352 milhões, com o deságio considerado muito pequeno — oscilando entre 6% e 19%.

Os auditores estranharam também que, em março deste ano, depois de já eleita a nova diretoria, Gustavo de Faria tenha comprado ainda 91 mil Letras Financeiras do Tesouro (LFT), custodiadas pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, por NCZ\$ 400 mil. Na mesma data, adquiriu do advogado Franklin Delano Magalhães, com escritório em Brasília, 15.416 TDAs por NCz\$ 303 mil 532, com deságio de 36%. Além da data, os auditores estranharam o fato de a compra dos títulos ter sido feita a uma pessoa física. Magalhães afirmou que a compra pode ser pouco comum, mas é absolutamente regular: "Não lembro o valor nem a data da operação — já faz alguns dias: eram títulos ao portador de um cliente que estava viajando. Ofereci-os ao IPC, porque todas as fundações costumam comprá-los".

Muitas das operações financeiras efetuadas por Gustavo de Faria à frente do IPC, foram feitas com empresas que entraram em liquidação extra-judicial. É o caso do Banco do Estado de Alagoas (Produban), que vendeu ao IPC CZ\$ 200 milhões (cruzados antigos) em RDBs (Recibos de Depósito Bancário) em 17 de agosto do ano passado, e está sob intervenção desde novembro. É o caso, também, da Corretora Etica, distribuidora de títulos mobiliários, uma das empresas envolvidas na compra do primeiro lote da TDAs e que está também em liquidação extra-judicial.

Ressarcir — Ruy Bacelar disse ontem que os trabalhos estão sendo agilizados para que a auditoria termine ainda este mês. Ele admite a possibilidade de serem encontradas novas irregularidades, uma vez que os auditores começaram o exame das contas do final da administração para o começo. O presidente do IPC acha que a realização de audorias deveria ser adotada como norma no país: "Antes de deixar o cargo, pedirei ao Senado e à Câmara a realização de uma auditoria no IPC. Isso é positivo até para garantir aqueles que deixaram o mandato", afirmou.

Bacelar não quer se precipitar, antecipando o que devêrará acontecer ao deputado Gustavo Faria, "para não cometer injustiças". Mas assegurou que não será conivente, e levará as investigações "às últimas consequências". Sua maior preocupação, no momento, é ressarcir o dinheiro do IPC: "Para isso, farei o que for preciso: entrarei com ações cíveis ou penais". Ruy Bacelar encomendou também um levantamento dos imóveis do IPC — cerca de 30, em Brasília — com o objetivo, inclusive, de atualizar o valor dos aluguéis, muito defasados. Ele pretende tornar o instituto independente dos poderes públicos, levando-o a viver de seus próprios recursos.

Prestam depoimento hoje, perante o Conselho Deliberativo do órgão, o empresário Marcos Modiano, da Rural Colonização S.A., com quem Faria fez uma transação que lesou o IPC em CZ\$ 3 milhões; e Márcio Valadares, ex-presidente da Fundação de Seguridade Social do Estado de Minas Gerais (Fundasemg), afastado do cargo após as denúncias de operações fraudulentas, com obrigações da Eletrobrás, que lesavam o IPC em NCz\$ 4,5 milhões.